

Infraestrutura Setor público não cumpre promessas feitas há 4 anos

Porto Velho recebe usina, mas fica sem obras urbanas

Daniel Rittner
De Porto Velho

A letargia do poder público limitou o desenvolvimento da infraestrutura urbana que a construção das usinas hidrelétricas do rio Madeira prometia levar a Porto Velho. Universalização do abastecimento de água e do tratamento de esgoto, cinco viadutos para atender o trânsito sobrecarregado e um conjunto de parques para ordenar a reurbanização da cidade eram promessas que acompanhavam o início das obras e provocavam entusiasmo nos moradores.

Na última semana de dezembro, quatro anos após a licitação e um ano antes do cronograma fixado pelo governo, a primeira das 44 turbinas da usina de Santo Antônio começa a gerar energia. Mas o cenário de Porto Velho é muito parecido com o de antes: um em cada três habitantes não recebe água tratada em casa, só 2,5% da população tem acesso à rede de esgoto, o asfalto ainda é objeto de desejo de quem mora a quatro quilômetros do centro e nenhum dos parques planejados saiu do papel.

"Nem a Prefeitura de Porto Velho, nem o governo de Rondônia se prepararam adequadamente para receber esses empreendimentos", afirma o promotor Aluísio de Oliveira Leite, coordenador do grupo instituído no Ministério Público Estadual para monitorar os impactos das hidrelétricas. Para ele, "má gestão" e "falta de planejamento" das autoridades impediram a região de extrair benefícios da implantação das usinas. "Infelizmente, foi um desperdício só."

A paralisia das obras públicas contrasta com o dinamismo do setor privado. Grandes marcas do varejo invadiram Porto Velho. O número de empresas do setor industrial em Rondônia, independentemente do porte, subiu de 3.147 para 7.032 nos últimos cinco anos, segundo a federação das indústrias. Com isso, nunca pingou tanto dinheiro nos cofres públicos.

Entre 2007 e 2011, a arrecadação da prefeitura com ISS passou de R\$ 35 milhões para R\$ 200 milhões por ano. No mesmo período, o recolhimento de ICMS pelo Estado cresceu de R\$ 1,4 bilhão para cerca de R\$ 2,8 bilhões. Além disso, Porto Velho é a capital brasileira que mais tem recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) à disposição, proporcionalmente. O repasse de verbas fede-

rais era uma forma de compensar a região pelos impactos das usinas.

Esses recursos, no entanto, têm sido bloqueados. O Tribunal de Contas da União (TCU) determinou, por exemplo, a suspensão do repasse de R\$ 400 milhões para as obras de esgotamento sanitário na cidade. Foram encontrados indícios de sete irregularidades "graves", como ausência de projeto básico, restrições à concorrência na licitação e sobrepreço de até R\$ 120 milhões. Com isso, as obras estão paradas há mais de um ano. O projeto de universalização da água tratada também havia sido congelado, por determinação do TCU, mas os trabalhos foram retomados na semana passada e a nova promessa do governo estadual é de ficarem prontos em dez meses.

Talvez as obras deslanchem, mas é difícil convencer o borracheiro Luciano Pacheco e a empregada doméstica Lara Linda de que eles finalmente poderão fechar o poço de onde tiram água, de qualidade duvidosa, nos fundos da casa que acabaram de reformar, nas proximidades da avenida Jatuarana, a menos de quatro quilômetros do centro de Porto Velho. O casal reconhece que hoje é mais fácil ganhar dinheiro na cidade, e eles atribuem isso à onda de prosperidade trazida pelas hidrelétricas.

Lara ainda se encanta com a carteira de trabalho recém-assinada e diz que nunca havia recebido um salário tão alto — R\$ 800 por mês. Pacheco garante que nunca teve tanto serviço, o que permitiu ao casal terminar a casa de quatro cômodos e comprar uma máquina de lavar. Mas a sensação de que a vida melhorou, pelo lado do consumo, contrasta com a avaliação de que o básico se tornou ainda mais difícil. "Veio muita gente ruim para a cidade e a segurança piorou", diz Luciano. Para Lara, o mais incômodo é continuar pisando na lama ao voltar do trabalho. "Quando é época de campanha, os políticos vêm aqui e prometem asfaltar a rua. Mas tudo continua do mesmo jeito."

Para o secretário municipal de Programas Especiais, Pedro Costa Beber, não foi só a demanda por serviços públicos que aumentou nos últimos anos. "O passivo, em qualquer área que você pensar, é gigantesco", afirma. A malha de ruas pavimentadas em Porto Velho, que era de 430 quilômetros em 2004, chegará a 2012 com 840 quilômetros. Mas novas vias foram



Estrutura central do Trevo do Roque, um dos viadutos inacabados em Porto Velho: retomada da obra espera pelo remanejamento de linhas de energia elétrica

abertas e quase 40% das ruas da cidade vão continuar sem asfalto.

É da prefeitura, entretanto, o grande elefante branco da região: um complexo de cinco viadutos, idealizado para desafogar o trânsito cada vez mais pesado em torno da BR-364. A rodovia, que segue para Rio Branco de um lado e para Cuiabá de outro, tornou-se também a principal via urbana de Porto Velho. Em uma cidade cuja frota de automóveis cresceu 69% de 2007 a 2001, mais do que o dobro da média nacional (32%), o complexo sempre foi defendido pelas autoridades como uma intervenção viária urgente. Hoje, os viadutos são "a grande vergonha da cidade", lamenta o taxista Juracy Ferreira.

As obras começaram em julho de 2009, com orçamento de R\$ 89,7 milhões, bancadas quase integralmente pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), sob gestão municipal. Menos de um mês depois, os custos aumentaram 5%. Mas o grande problema veio quando a prefeitura e a construtora responsável "descobriram" que, para completar os viadutos, era preciso remanejar a rede elétrica e cabos de fibra óptica das operadoras de telefonia.

Os custos aumentaram para R\$ 125 milhões, as obras foram paralisadas e a construtora rescindiu o contrato em abril deste ano. O impasse só foi resolvido quando nova licitação foi feita e outra empreiteira assumiu a execução dos viadutos, em setembro. Houve uma tentativa de retomar os trabalhos, mas com poucos efeitos: o período de chuvas já tinha começado, impedindo o avanço.

No Trevo do Roque, um dos cinco viadutos visitados pelo Valor na semana passada, o cenário era um retrato da falta de planejamento: somente a estrutura central da obra havia sido construída, sem nada à direita ou à esquerda. Mendigos aproveitavam a estrutura como abrigo. O viaduto não pode ser retomado enquanto não houver a realocação da linha de energia — e não há sinal de que isso vá acontecer. "Tem culpa o Dnit, tem culpa a Eletrobras e tem culpa a prefeitura e o projetista", diz o secretário.

Curiosamente, o que mais avan-

Só no papel

Usinas de Jirau e Santo Antônio chegaram, mas Porto Velho ainda espera obras prometidas

Os problemas	As promessas	Como ficou
■ Esgotamento sanitário	Só 2,5% da população urbana tem acesso à rede de coleta de esgoto. A meta era recolher e tratar o esgoto de 100% das residências. Um contrato de R\$ 644 milhões foi assinado pelo governo estadual com o consórcio Cowan-Triunfo, com repasse de R\$ 400 milhões da União	Os recursos federais foram embargados pelo TCU, que encontrou sete irregularidades "graves" nas obras, como restrições à concorrência na licitação e sobrepreço no orçamento contratado. Só 3% dos trabalhos previstos foram executados e o governo estadual pretende relicitar tudo
■ Abastecimento de água	A distribuição de água tratada abrange só 67% da cidade. Um contrato de R\$ 112 milhões, com recursos do PAC, foi assinado com a Andrade Gutierrez para universalizar o sistema. A expansão do sistema incluía quatro reservatórios e 454 quilômetros de tubulações	Obras foram iniciadas em agosto de 2008, mas paralisadas dois anos depois, por determinação do TCU. O tribunal liberou recentemente as obras, que foram retomadas só na semana passada. Até agora, 56% dos trabalhos foram executados. A previsão é de entrega no fim de 2012
■ Viadutos	Cinco viadutos sobre a BR-364, que corta a cidade, ou em suas imediações, constituíam a principal intervenção viária. A frota de veículos aumentou 69% desde 2007, mais que o dobro da média nacional, além do crescimento no tráfego de caminhões. O Dnit bancaria 95% das obras, orçadas em R\$ 89,7 milhões, cuja licitação foi feita pela prefeitura e vencida pela construtora Camter. Os trabalhos começaram em julho de 2009	Aditivos levam o valor das obras dos viadutos para R\$ 125 milhões e aparecem obstáculos para executá-las. Em abril de 2011, a Camter rescinde unilateralmente o contrato e abandona as obras pela metade. A prefeitura faz nova licitação, vencida pela Egesa, e retoma os trabalhos de um deles em setembro, mas as obras são interrompidas de novo por causa das chuvas
■ Parques	Um conjunto de três parques, com área total de 650 mil m ² , prometia reurbanizar a cidade. O Parque das Águas, maior deles, teria observatório de pássaros e pier sobre o rio Madeira. O paisagismo é da arquiteta Rosa Kliass, autora de projetos de revitalização em Macapá e em Belém	Cerca de 400 famílias, que moravam à beira do rio Madeira, foram remanejadas para conjuntos habitacionais construídos pela prefeitura, mas faltam mais de 100 famílias. A licitação para tirar do papel o Parque das Águas, orçado em R\$ 25 milhões, agora é prometida para o primeiro semestre de 2012
■ Saúde	A construção das usinas hidrelétricas levava o risco de explosão nos casos de malária. A Prefeitura de Porto Velho negociou, com as duas concessionárias, a instalação ou a modernização de 42 unidades de saúde. O governo de Rondônia negociou a reforma de dois hospitais e a criação de 263 novos leitos	A incidência de malária caiu de 85,9 casos/1.000 habitantes em 2007 para 54,7 casos em 2010. No primeiro semestre de 2011, houve redução de 29% em relação ao ano anterior. A ampliação do Hospital de Cacoal ficou pronta em 2010, mas demorou seis meses para ser inaugurada, por falta de equipamentos e pessoal.

Fontes: Governo do Estado de Rondônia, Prefeitura de Porto Velho, Santo Antônio Energia, Energia Sustentável do Brasil

çou foram obras e projetos executados pelas concessionárias das usinas, como forma de compensar e mitigar os impactos socioambientais. Ao contrário das previsões feitas há quatro anos, a incidência de malária diminuiu, apesar dos canteiros abertos para a construção das hidrelétricas.

Em 2007, a incidência da doença em Porto Velho era de 85,9 casos a cada mil pessoas. Em 2010, havia caído para 54,7/mil habitantes. No primeiro semestre de 2011, recuou 29% em relação a igual período do ano anterior. A distribuição de dezenas de milhares de mosquiteiros, que "foram" as camas e impedem as picadas durante o sono, foi crucial na estratégia.

Beber diz que as concessionárias de Santo Antônio e de Jirau construíram ou modernizaram 42 unidades de saúde para a prefeitura.

Contando outras áreas, foram gastos R\$ 154 milhões em compensações, o que representa oito vezes o orçamento anual do município para investimentos.

O diretor de sustentabilidade da Santo Antônio Energia, Carlos Hugo de Araújo, garante que as parcerias com o poder público foram bem-sucedidas. No caso da concessionária, resultaram em 6.000 vagas a mais nas escolas de ensino fundamental e médio, além de acrescentar 800 consultas médicas por dia à capacidade de atendimento da saúde municipal.

"A cidade tem outras carências, mas as usinas não vieram para suprir deficiências estruturais do município ou do Estado", diz Araújo. Nem todas as negociações são totalmente tranquilas. A concessionária investiu R\$ 33 milhões na ampliação do Hospital de Cacoal,

com 167 novos leitos, uma exigência do Estado para desafogar o sistema em Porto Velho e evitar que cidadãos do interior sobrecarreguem os hospitais da capital.

A obra foi entregue no primeiro semestre de 2010, mas o governo estadual se recusa a recebê-la, alegando que já existem infiltrações no edifício. Para a Santo Antônio Energia, há falta de manutenção. O fato é que a obra veio antes de questões de responsabilidade do Estado, como médicos e equipamentos.

Para empresários como César Zoghbi, da Zoghbi Imóveis e vice-presidente do Creci em Rondônia, o dinamismo do setor privado não foi acompanhado. "A iniciativa privada fez o que se esperava dela, mas o poder público não correspondeu à expectativa que tínhamos com a infraestrutura."

Shopping muda hábitos de moradores

De Porto Velho

As mudanças no perfil econômico de Porto Velho, impulsionadas pela construção das hidrelétricas do rio Madeira, alteraram os hábitos da classe média local. Em poucos lugares isso é tão notável quanto no primeiro shopping center da cidade, inaugurado no fim de 2008, mais do que duplicando a oferta de salas de cinema. Ali, quase todos os filmes são dublados e o espectador recebe um aviso na bilheteria quando há legendas.

Em plena segunda-feira, dia em que a meia-entrada se estende a todos os clientes, a ocupação das cinco salas chega a 90% e até 4.000 espectadores passam pelas sessões. "Isso quando não tem Harry Potter em cartaz", frisa a gerente do cinema, Laudivânia Souza. Nas filas, jovens com menos de 18 anos formam a maioria da clientela. "A cidade não oferece muitas opções de lazer e o cinema virou um ponto de encontro dos adolescentes."

Dentro ou fora do shopping, a

ampliação do comércio e dos serviços mexeu com os padrões de consumo. Grandes marcas, como McDonald's, Subway, Copenhagen, Renner, Lojas Americanas, Makro e Atacadão pousaram na capital de Rondônia de três ou quatro anos para cá.

Um executivo de uma das concessionárias que constroem as usinas, com a discrição necessária para não ferir susceptibilidades, confessa em voz baixa: "Quando me mudei para Porto Velho, era uma raridade achar restaurantes com máquina de café expresso e eu aproveitava as viagens a São Paulo para trazer na mala alguns pequenos prazeres, como massas italianas. Hoje compro macarrão Barilla nos supermercados daqui e acho um bom café com facilidade."

Até serviços aparentemente simples, como lavar um terno ou um edredom a seco, eram inacessíveis até 2009. Foi quando a paulista Leiza Grisi Jurado, há 39 anos em Porto Velho, decidiu instalar na cidade duas franquias da rede

de lavanderias 5 à Sec.

No início, ela esperava atender às famílias de renda mais alta, mas surpreendeu-se. "Mais da metade dos meus clientes são das classes B e C. Antes, muitos homens ficavam o ano inteiro usando o mesmo terno, aguardando o momento das férias para lavá-lo a seco em outra cidade", conta Leiza, entusiasmada com o movimento, que aumentou 40% em 2011. "Já temos planos para abrir outras duas lojas."

Os problemas logísticos de ter uma franquia em mercado ainda incipiente e tão distante de grandes centros urbanos dificultam a vida dos empreendedores. Quando quebra a peça de uma máquina, Leiza chama um técnico de Brasília para fazer a manutenção. Demora, no mínimo, 24 horas. Boa parte das 13 funcionárias recebeu treinamento em São Paulo. Os cabides da lavanderia são padronizados e, se a demanda cresce além do planejado, precisa esperar até dez dias para a chegada de mais peças. "A vida não é fácil

por aqui", resume a empresária.

Para o produtor cultural Sérgio Ramos, uma das principais mudanças está na multiplicação de bares e restaurantes nos últimos anos. Nos quarteirões centrais da avenida Pinheiro Machado, que chega perto do rio Madeira, há novas pizzarias e discotecas. "Aqui tem movimento de terça a domingo. Agora, as pessoas têm mais motivos para sair à noite."

À noite, nos fins de semana, o congestionamento é grande. Garotas com saltos pontiagudos e rapazes adornados com colares e pulseiras caminham pela avenida, que se torna uma espécie de passarela. Por isso, ganhou o apelido de "calçada da fama", onde se vai para ver e ser visto.

Sinais de delinquência, no entanto, convivem com o ambiente de agitação. Guardadores de carros já abordam os motoristas em tom ameaçador e pode-se ver usuários de crack a poucas quadras dali. Assaltos também preocupam os frequentadores. (DR)



Leiza Jurado, dona de franquias da rede 5 à Sec: plano é abrir mais duas lojas